

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

**6ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

Pintura da capa: “Mãe e filho na zona rural de Minas Gerais”
Felisbina Barroso Lima de Campos (Bina),
óleo sobre tela, 30 x 40 cm, 1999.

ISBN: 978-85-362-5424-1



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

C198 Campos, Marcelo Barroso Lima Brito de.
Regime próprio de previdência social dos servidores
públicos./ Marcelo Barroso Lima Brito de Campos./ 6ª edição./
Curitiba: Juruá, 2015.
496p.
1. Seguridade social. 2. Previdência social. 3. Servidores
públicos. I. Título.

00073

CDD 344.049 (22.ed)
CDU 342.7

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	21
1 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL	23
1.1 Histórico da Proteção Social no Mundo	24
1.2 Histórico da Proteção Social no Brasil.....	27
1.3 Histórico da Proteção Social dos Servidores Públicos Brasileiros	32
2 SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	45
2.1 Conceito de Seguridade Social.....	46
2.2 Princípios da Seguridade Social	50
3 PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: REGIMES	57
4 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)	63
4.1 Conceito e Justificação Constitucional.....	63
4.2 Normas Aplicáveis: As Ondas Constitucionais Reformistas.....	70
4.3 Características	76
4.4 Autonomia.....	80
4.5 Obrigatoriedade do RPPS.....	83
4.5.1 Regime próprio facultativo: autonomia do ente federado	84
4.5.2 Regime próprio como direito subjetivo do servidor titular de cargo efetivo	85
4.5.3 Regime próprio obrigatório para o servidor titular de cargo efetivo sem ferir a autonomia federativa.....	90
4.5.4 Consequências da obrigatoriedade de regime próprio de previdência aos servidores titulares de cargos efetivos.....	92
4.5.5 Conclusão	101

5	SEGURADOS E NÃO SEGURADOS NO RPPS	103
5.1	Conceitos de Segurado, Dependente, Beneficiário e Contribuinte.....	103
5.1.1	Filiação e inscrição do segurado	105
5.2	Servidor Público Titular de Cargo Efetivo	107
5.3	Servidor Público em Estágio Probatório.....	109
5.4	Servidor Público Ocupante de Cargo em Comissão Depois da EC 20/98.....	110
5.5	Servidor Público Ocupante de Cargo em Comissão Antes da EC 20/98.....	113
5.6	Servidor Público de Contrato Temporário.....	115
5.7	Empregado Público	116
5.8	Servidor Público Ocupante de Função Pública.....	116
5.9	Exercente de Mandato Eletivo.....	121
5.10	Notários, Tabeliães, Oficiais de Registro, Registradores, Escreventes e Auxiliares.....	123
5.11	Polêmica Interpretação do § 13 do art. 40 da CF/88 com a Redação dada pela EC 20/98.....	125
5.12	Perda da Condição de Segurado	133
5.13	Suspensão da Condição de Segurado	135
6	DEPENDENTES NO RPPS	137
6.1	Autonomia e Critérios na Definição dos Dependentes pelas Unidades Federadas.....	137
6.2	Cônjuges ou Companheiros.....	141
6.3	Filhos	143
6.3.1	Filhos menores	143
6.3.2	Nascituro	144
6.3.3	Filhos inválidos	145
6.3.4	Equiparados a filhos: enteados e tutelados.....	145
6.4	Pais	146
6.5	Irmãos.....	147
6.6	Menor Sob Guarda	147
6.7	Curatelados.....	149
6.8	Relações Homoafetivas	150
6.9	Perda da Condição de Dependente	155
7	CUSTEIO DO RPPS	157
7.1	Fontes de Custeio do RPPS	157
7.2	Conceito e Natureza Jurídica da Contribuição Social	158

7.3	Classificação das Contribuições Sociais	161
7.3.1	Desvinculação dos Recursos da União – DRU	165
7.4	Contribuição Previdenciária dos Servidores Inativos e Pensionistas	167
7.5	Alíquota da Contribuição Previdenciária	185
7.6	Base de Cálculo da Contribuição Previdenciária	187
7.7	Isenção da Contribuição Previdenciária	197
7.8	Decadência e Prescrição da Contribuição Social	198
8	BENEFÍCIOS DO RPPS.....	205
8.1	Aposentadoria	209
8.1.1	Aposentadoria por invalidez	211
8.1.2	Aposentadoria compulsória	222
8.1.3	Aposentadoria voluntária	225
8.1.3.1	Aposentadoria do(a) professor(a)	227
8.1.4	Aposentadoria especial	230
8.1.4.1	Aposentadoria do policial civil	244
8.1.5	Regras de transição: segurança jurídica, direito adquirido e expectativa de direitos.....	248
8.1.5.1	Art. 3º da Emenda Constitucional 20/98	257
8.1.5.2	Art. 40 na redação original da Constituição de 1988	259
8.1.5.3	Art. 8º da Emenda Constitucional 20/98	260
8.1.5.4	Art. 40 na redação da Emenda Constitucional 20/98	262
8.1.5.5	Art. 3º da Emenda Constitucional 41/03	264
8.1.5.6	Art. 2º da Emenda Constitucional 41/03	265
8.1.5.7	Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03	267
8.1.5.8	Art. 3º da Emenda Constitucional 47/05	269
8.1.5.9	Art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/03.....	269
8.1.6	Proventos: cálculo e reajuste.....	270
8.1.6.1	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo antes da EC 20/98	271
8.1.6.2	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo entre a EC 20/98 e a EC 41/03.....	273
8.1.6.3	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo após a EC 41/03	276
8.1.6.4	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo nas regras de transição	281
8.1.7	Desaposentação e reversão	284
8.1.8	Readaptação.....	288
8.2	Pensão	289

8.2.1	Conceito	289
8.2.2	Base constitucional.....	290
8.2.3	Base legal: cálculo e reajuste	291
8.2.4	Data-base.....	292
8.2.5	Pensão em caso de cargos acumuláveis	293
8.2.6	Pensão: temas em repercussão geral no STF.....	294
8.2.7	Pensão instituída pelo servidor público federal.....	295
8.3	Auxílio-Doença	303
8.4	Salário-Família	304
8.5	Salário-Maternidade	306
8.6	Auxílio-Reclusão.....	307
8.7	Auxílio-Acidente.....	309
8.8	Abono de Permanência.....	309
8.9	Outros Benefícios	313
8.10	Acumulação.....	315
8.11	Teto, Subteto e Abate-Teto.....	320
8.12	Decadência, Prescrição e Prescrição do Fundo do Direito	326
9	CONTAGEM DO TEMPO NO RPPS	329
9.1	Contagem Recíproca	329
9.2	Certidão de Tempo de Contribuição.....	330
9.3	Averbação e Desaverbação do Tempo	335
9.4	Vedação de Contagem de Tempo Ficto.....	337
9.5	Efeitos das Penalidades Administrativas no Tempo do Servidor	338
9.5.1	Advertência	339
9.5.2	Suspensão.....	339
9.5.3	Demissão.....	340
9.5.4	Cassação de aposentadoria.....	341
9.6	Afastamentos	343
9.7	Aproveitamento	346
9.8	Cessão.....	346
9.9	Concessões	348
9.10	Disponibilidade.....	348
9.11	Licenças.....	351
9.12	Promoção.....	356
9.13	Readmissão.....	356
9.14	Recondução	357

9.15	Reintegração.....	357
10	CONTROLE DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	359
10.1	Objeto e Finalidade do Controle.....	360
10.2	Conduta dos Tribunais de Contas.....	361
10.3	Conduta dos RPPS	363
10.4	Conduta dos Aposentados e Pensionistas.....	364
11	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS – LEI 9.796/99	365
12	CONFLITOS FEDERATIVOS A RESPEITO DO RPPS	373
12.1	O Conceito de Empresa e o RPPS.....	376
12.2	Certidão Negativa de Débito (CND) e Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa (CPD-EN).....	378
12.3	Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).....	379
12.4	Cadastros Restritivos: CADIN, CAUC e CADPREV.....	381
13	PROCESSO PREVIDENCIÁRIO NO RPPS	383
13.1	Processo Administrativo de Tributos Previdenciários.....	384
13.2	Processo Administrativo de Benefícios Previdenciários	388
13.3	Processo Judicial de Tributos Previdenciários	391
13.4	Processo Judicial de Benefícios Previdenciários.....	393
14	DISPOSIÇÕES GERAIS DO RPPS	395
14.1	Subsidiariedade do RGPS	395
14.2	Fundo Previdenciário	397
14.3	Sistema de Saúde do Servidor Público.....	398
15	(IR)RESPONSABILIDADE PESSOAL DE AGENTES PÚBLICOS POR (DES)CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DO RPPS	405
15.1	Responsabilidade Pessoal Geral Indireta – Ação de Regresso do Art. 37, § 6º, CF/88	406
15.2	Responsabilidade Pessoal por Multas	408
15.3	Responsabilidade Pessoal Solidária por Contribuições Sociais	411
15.4	Responsabilidade por Infração à Lei 9.717/98.....	411
15.5	Responsabilidade Pessoal Decorrente da Lei de Proteção da Probidade Administrativa – Lei 8.429/92.....	413
15.6	Responsabilidade Criminal.....	415

15.7	Responsabilidade Fiscal	416
16	COMENTÁRIOS À LEI GERAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – LEI 9.717/98	417
17	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2000 E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	425
18	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO	431
18.1	Breve Histórico.....	433
18.2	Características.....	436
18.2.1	Complementar	437
18.2.2	Contratual	437
18.2.3	Filiação facultativa	437
18.2.4	Instituição facultativa	438
18.2.5	Regime financeiro de capitalização.....	441
18.2.6	Natureza pública.....	441
18.2.7	Regime jurídico híbrido.....	443
18.2.8	Contributivo	445
18.2.9	Fechado	445
18.2.10	Autônomo.....	446
18.2.11	Contribuição definida	447
18.3	Sujeitos	447
18.3.1	Participantes	447
18.3.2	Assistidos	452
18.3.3	Dependentes	453
18.3.4	Patrocinadores	453
18.4	Custeio.....	454
18.4.1	Custeio da previdência complementar no âmbito federal.....	455
18.5	Benefícios	458
18.6	Entidades Fechadas de Previdência Complementar.....	460
19	CRÍTICAS ÀS ONDAS REFORMISTAS: EM BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS PREVIDENCIÁRIOS – OS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS EXPECTADOS	463
	REFERÊNCIAS	473
	ÍNDICE ALFABÉTICO	477